



CLAUSEWITZ E A GUERRA

João Rodrigues Arruda

INTRODUÇÃO

A guerra tem sido preocupação constante de todos — estados, grupos e indivíduos —, quer seja quanto à necessidade de evitá-la, quer quanto aos fins e meios de desencadeá-la. Os posicionamentos variam em razão do tempo, do espaço e do modo como as pessoas encaram esse fenômeno tão discutido.

Dá a importância de uma obra como *Da Guerra* — Vom Kriege — escrita pelo Gen Carl von Clausewitz ainda no século XIX sob o impacto das guerras napoleônicas. Sua influência é tal nos exércitos de hoje que o pensamento clausewitziano é objeto de estudo também aqui no Brasil, na cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, como parte do processo de preparação dos

futuros oficiais na “Arte da Guerra”.

Escritor e soldado prussiano, nascido em 1780, Clausewitz — mais filósofo do que soldado — tem sua obra *Da Guerra* comparada com *O Príncipe*, de Maquiavel (uma filosofia da política); *Leviatã*, de Hobbes (uma filosofia da sociedade); *Inquérito à Compreensão Humana*, de Hume (uma filosofia do conhecimento); *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (uma filosofia da economia); *O Capital*, de Karl Marx (uma filosofia da economia e da sociedade), aceita que é como verdadeira Filosofia da Guerra.

A NATUREZA DA GUERRA

Qual, entretanto, a natureza da guerra?

Tratando-se de um fato concreto, mas nem por isso impermeável,

necessariamente, como objeto de estudo, tal indagação deve ser precedida de três outras, que se apresentam como hipóteses a serem consideradas:

- a civilização será inevitavelmente destruída pela guerra?
- a guerra persistirá como condição crônica ou periódica?
- a guerra será banida definitivamente das relações entre os povos?

O elemento decisivo na análise dessas questões sempre será, efetivamente, *o homem*, que faz ou não a guerra.

Assim, a natureza da guerra é determinada em razão do modo como o homem a concebe. Dependendo da maneira como as pessoas, os Homens de Estado, *pensam, falam ou escrevem* sobre a guerra, uma ou outra das filosofias da guerra prevalecerá, isto é:

- a filosofia política;
- a filosofia escatológica; ou
- a filosofia cataclísmica.

FILOSOFIA POLÍTICA

Apesar de ter vivido numa época em que as guerras ainda não tinham o caráter nacional, Clausewitz encarava a guerra como sendo um instrumento racional de política nacional, assim justificando:

Instrumental, porque deve ter em vista alcançar um objetivo e nunca por si própria, uma vez que Clausewitz rejeitava a "guerra pela guerra";

Racional, porque a sua deflagração deve ser sempre precedida de uma avaliação dos custos e lucros (vantagens); e

Nacional, para que o seu objetivo seja a satisfação dos interesses de um estado nacional, justificando assim o grande esforço que representa a mobilização.

Mais especificamente, Clausewitz definia a guerra como um "ato de violência planejado com o objetivo de forçar o adversário a executar o nosso desejo". Não deve ser esquecido no entanto que o "desejo" aqui referido se traduz, em última análise, no interesse do Estado, considerado por Clausewitz como o *agente* principal, soberano, e sobre o qual não paira qualquer outra autoridade.

Conseqüência lógica do esforço na consecução do objetivo principal, ou seja, fazer o adversário ceder às exigências que lhe são impostas, temos que as guerras deveriam terminar com a vitória completa de um dos lados sobre o outro.

Isso não implica, necessariamente, o aniquilamento do inimigo, conforme objetivava Napoleão. O esforço empregado deve sê-lo, tão-somente, na medida suficiente para o adversário, avaliando o preço excessivo que seria necessário para prosseguir a guerra ou, concluindo pela improbabilidade do êxito, aceitar a paz.

Logo, para Clausewitz, a moderação na guerra é um absurdo que pode levar à derrota, tornando-se assim imperioso o emprego de todos os recursos que se fizerem necessários para abater o adversário.

A verdadeira capacidade de um Estado para enfrentar uma guerra não pode ser avaliada com preci-

são. Diversos fatores aleatórios interferem no fenômeno de modo a dificultar um perfeito equacionamento.

Daí a diferença entre as guerras reais e as guerras abstratas, uma vez que nas primeiras se fazem presentes elementos diferenciadores tais como:

- a mobilização não é instantânea;
- os acontecimentos são governados não apenas por uma casualidade estrita, mas também pelo acaso; e
- os fatores psicológicos são determinantes de relevo no processo.

A essas circunstâncias perturbadoras, Clausewitz denominou de *FRICÇÕES*, comparando os movimentos da guerra com os sistemas mecânicos.

FILOSOFIA ESCATOLÓGICA

Várias são as correntes que podemos alinhar como vinculadas à filosofia escatológica da guerra. Um elemento, entretanto, é comum a todas elas, isto é, a guerra, em qualquer hipótese, culminará com a guerra final, conduzindo à consecução do que se chamaria um *grande desígnio*. Tal desfecho tanto pode ser de origem divina, como natural, ou humana.

As duas variantes mais expressivas do enfoque escatológico são a *messiânica* e a *global*. As cruzadas e as guerras santas, a doutrina americana do Manifest Destiny, ou a doutrina nazista da Raça Eleita, são alguns dos exemplos da filosofia escatológico-messiânica, segun-

do a qual presume-se que o agente destinado a levar a cabo o *grande projeto* já existe, sob a forma de uma organização militar operante. Busca-se também, segundo alguns, alcançar uma paz justa para o mundo, eliminando a guerra futura da História.

De sua parte, a filosofia escatológico-global não defende a existência *a priori* do agente do projeto, pois o mesmo surgirá do caos da guerra final.

Duas são também as abordagens a serem consideradas: a *cristã*, segundo a qual o agente é às vezes representado pelas forças que se reunirão à volta de Cristo na segunda vinda; e a *comunista*, que defende a vitória final do mundo proletário sobre a burguesia, após a transformação da guerra imperialista numa guerra de classes.

FILOSOFIA CATACLÍSMICA

Os profetas já se referiam à guerra como um flagelo de Deus. Essa, a visão cataclísmica que descreve a guerra como uma catástrofe que sobrevém a uma parte ou a toda a raça humana.

A filosofia comporta dois sub-grupos que não chegam a ser conflitantes. A variante etnocêntrica, segundo a qual a guerra é uma coisa que os outros podem fazer a nós, isto é, se dispõem a fazer-nos independentes de nossa decisão.

As medidas defensivas adotadas freqüentemente, como os abrigos e as providências de defesa civil não se constituem em meios de alcançar objetivos, mas visam apenas

impedir o desastre ou diminuir os seus efeitos.

Outra vertente da filosofia cataclísmica é a também chamada *global*. Para os globalistas a guerra é um cataclisma que aflige toda a humanidade, mas ninguém pode ser considerado particularmente responsável por ela nem deve, afinal, obter qualquer vantagem com o conflito armado. Tolstói em sua obra *Guerra e Paz* adota esse enfoque ao atribuir as guerras à ação de forças históricas até agora desconhecidas.

Recentemente novas formulações científicas sobre a guerra têm se baseado na filosofia cataclísmico-global, relacionando a guerra com certas propriedades dinâmicas de um verdadeiro sistema internacional, nos moldes de um sistema físico, como o sistema solar e as galáxias. Nesse caso, o equilíbrio que é relativamente estável pode ser rompido a qualquer momento, quando as tensões, sempre presentes no sistema, ultrapassarem os limites críticos.

Além das três filosofias anteriormente citadas, outros pontos de vista já foram identificados quanto à guerra. Assim, a guerra já foi considerada como a única ocupação digna de um fidalgo, uma questão de honra — nos tempos da cavalaria —, um escape para instintos agressivos ou manifestação de um desejo de morte, um processo da natureza para assegurar a sobrevivência dos mais dotados ou, ainda, um hábito tenaz, destinado a desaparecer, como a escravidão e o crime.

A ERA CLAUSEWITZIANA

Tendo vivido à época das guerras revolucionária e napoleônicas, Clausewitz foi influenciado fortemente pela política da guerra até então adotada.

No século XVIII, o desencadeamento da guerra ou a aceitação da paz eram discutidos entre os soberanos e seus estados-maiores. Em razão dos interesses a serem protegidos, os métodos, aceitos então por todos, passavam pelas negociações e formação de alianças até às estratégias matrimoniais, para finalmente chegarem às guerras como último recurso.

Os exércitos, de características bem nítidas, eram compostos de profissionais altamente treinados e recrutados por longos períodos. Além de muito dispendiosos, sua organização era bastante difícil, desencorajando assim o engajamento mais temerário numa batalha em que sua derrota implicasse o aniquilamento total.

Os generais, por outro lado, tinham pouco a ganhar e muito a perder com as batalhas sangrentas, evitando-se em geral as batalhas campais.

Dada a natureza marcadamente profissional de seu trabalho, poderiam estar amanhã a serviço de seu adversário de hoje. Poder-se-ia mesmo admitir como que um acordo tácito entre eles, de modo a que as manobras, tanto quanto possível, se desenrolassem de tal maneira que os riscos e os desconfortos fossem reduzidos.

Com a aceitação tranqüila dos princípios táticos e estratégicos

consagrados entre os *experts*, um general não alimentava a idéia de levar a luta até o último homem. Como no jogo de xadrez, reconhecida a superioridade tática do adversário, inevitável que fosse a derrota, não fazia sentido o sacrifício dos "peões". A derrota era aceita antecipadamente, sem desonra, e "deitava-se" o rei.

Nas guerras da Revolução Francesa e napoleônicas, outro elemento foi introduzido no problema.

O objetivo de Napoleão não era apenas bater o inimigo mas o seu aniquilamento. Com a Revolução Francesa, o exército não era mais integrado de profissionais nem de recrutas. A idéia de levar os Direitos dos Homens na ponta das baionetas fez surgir um novo conceito de soldado: o patriota.

Clausewitz não ficou alheio a essas mudanças. Atento às lições de Napoleão, para quem "o crédito da política e do poder reside na habilidade em conseguir a destruição física", unificou os princípios da filosofia da política com os princípios da filosofia da guerra.

Graças ao seu acentuado espírito militar, aceitava a guerra como um componente essencial, produtivo e inspirador da existência humana, na mesma relação que o espírito científico abraça a ciência, o espírito artístico abraça a arte e o espírito religioso abraça a religião.

Testemunho maior desse entendimento encontramos em uma carta à sua noiva, a Condessa Von Bruhl, onde temos manifestada sua convicção de que a guerra se

constitui num dos requisitos de sua felicidade pessoal.

"A minha pátria precisa da guerra e, para falar com franqueza, só a guerra me pode conduzir à felicidade. E, qualquer que fosse a maneira como eu gostasse de relatar a minha vida ao resto do mundo, teria sempre de passar por um campo de batalha, enquanto para lá eu não entrar, não poderá existir felicidade permanente para mim."

Ainda que rejeitando a idéia da "guerra pela guerra", Clausewitz entendia que a guerra não precisava de justificação, isto é, de objetivos exteriores, dada a sua característica de instrumento da política. Assim, dois seriam os seus componentes básicos — o militar e o político — e cuja combinação resulta na luta pelo poder.

Na sua pregação com vistas a substituir o que chamava de "guerras de gabinete" pelas "guerras nacionais", defendia uma verdadeira "democratização" da guerra.

"Dêem a guerra ao povo! O Estado é o povo!", dizia.

Propunha a organização dos exércitos de massas em lugar dos exércitos profissionais, apesar do receio então reinante quanto ao comportamento do cidadão armado, ameaça para alguns maior do que as invasões estrangeiras.

Assim, para Clausewitz, o agente principal é o Estado militarizado, pronto a exercer a vontade nacional. A função dos militares nesse quadro é no sentido de executar a vontade do Estado, uma vez que o componente militar é subordinado ao político, apesar de serem co-

incidentes os interesses do Exército e os do Estado. Daí a prevalência da autoridade civil sobre a militar, porque o horizonte do general é menos amplo do que o do Homem de Estado.

Para Clausewitz, o paradigma é o Homem de Estado, que apresenta como um supergeneral. No começo do século XIX a burguesia não estava interessada de modo especial na guerra, mas a ela não se opunha, como nas guerras de conquistas coloniais, desde que não custassem muito caro e pudessem trazer algum lucro.

Sendo o aparelho militar controlado pela nobreza, não interessava aos burgueses oferecer seus filhos para o sacrifício da luta pela glória do Estado. Por outro lado, as preocupações dos militares, notadamente após as guerras napoleônicas, concentravam-se em torno do sistema de promoções, de possibilidades de maior prestígio social e na auto-estima.

A necessidade de justificativa para a atividade militar, com ênfase nos preparativos e execução da guerra, se projeta até hoje e as palavras do Coronel J. N. Maude, em 1908, melhor dizem:

"A maioria dos políticos do nosso tempo ganhou seu dinheiro com os negócios — uma forma de competição humana muito semelhante à guerra, para parafrasear Clausewitz. Por acaso, quando se debatiam nas agonias de tal competição, enviaram alguma nota formal aos seus rivais acerca dos seus planos sobre a melhor maneira de os bater em comércio? Por

acaso o Sr. Carnegie, o arcebispo da paz, quando criou a Steel Trust preveniu os seus competidores de quando e como se propunham desfechar os golpes que sucessivamente o tornaram senhor de milhões? Podem os "diretores" de uma grande nação considerar os interesses dos acionistas — neste caso o povo que governam — suficientemente sérios para não serem arriscados pelo sacrifício deliberado da posição preponderante de prontidão que gerações de autodedicação, patriotismo e sábia providência ganharam para eles?"

CLAUSEWITZ NO SÉCULO XX

Após a Primeira Guerra Mundial, identificamos uma ascendência das filosofias escatológica e cataclísmica, mais nitidamente nos Estados diretamente envolvidos no conflito. Melhor exemplo são a doutrina japonesa da Esfera de Coprosperidade da Ásia Oriental, o Renascimento do Império Romano, com Mussolini e a Raça Eleita, de Hitler.

Mais recentemente, na Rússia, vamos voltar a encontrar o pensamento clausewitziano, que teve em Lenine um grande admirador, aceitando que a política é o motivo e a guerra é o instrumento, ficando o ponto de vista militar subordinado ao político. Lenine, no entanto, procurou adaptá-lo aos conceitos defendidos por Clausewitz à doutrina soviética de modo a evitar contradições. Assim, enquanto Clausewitz reconhecia o Estado

como entidade autônoma, com seus próprios interesses, Lenine preferia afirmar que as classes é que têm seus interesses e o Estado é utilizado pelos governantes na defesa dos mesmos.

Deste modo, a guerra, segundo Lenine, também é instrumental, mas instigada por grupos econômicos em busca de lucros. Contrariando Clausewitz, dizia que a guerra deixou de ser racional, pois já não é, necessariamente, um ato deliberado de um agente bem definido, uma vez que as nações podem ser impelidas à guerra, podendo ter conseqüências imprevisíveis para as classes em cujos interesses tenham sido travadas.

Como desdobramento da Revolução Soviética, o exército russo foi totalmente reformulado. Passou a ser constituído por trabalhadores e camponeses, que deviam lealdade ao poder soviético e à classe trabalhadora mundial. A obediência cega foi substituída pela disciplina baseada na consciência de classe e os canais hierárquicos tradicionais cederam lugar a uma organização democrática. Os resultados foram desastrosos, e menos de um ano depois, em 1918, Trotsky foi chamado a fim de promover a reorganização do exército.

A nova mudança foi, como a primeira, marcada pelo radicalismo. O restabelecimento de severa disciplina chegou à implantação da pena de morte, aplicada inclusive aos familiares dos desertores. As atitudes exemplarmente marciais foram estimuladas. A falta de correligionários capacitados para o exercício de funções em postos

mais elevados na cadeia hierárquica obrigou à convocação de ex-oficiais czaristas para assunção às posições de comando. Para neutralizar as reações a essa medida foi estabelecido o controle dos oficiais por Comissários Políticos que se constituíam, no dizer de Trotsky, uma nova ordem comunista de Samurais.

Essa postura marcadamente escatológica modificou-se pouco a pouco. Com o grande avanço da economia soviética das últimas décadas, a guerra passou a ser encarada como um desastre a ser evitado, pelos prejuízos que dela podem advir.

Sem dúvida um enfoque etnocêntrico-cataclísmico.

No contexto atual, a concepção de guerra de Clausewitz pode ser considerada como ultrapassada. O surgimento das superpotências modificou o quadro oferecido para estudo, prevalecendo entre elas o equilíbrio estabelecido pelo terror nuclear que pode levar à dissuasão indefinida dos propósitos de luta. Ao mesmo tempo, essas mesmas superpotências podem inibir os Estados menores que se lancem à guerra com outros do mesmo porte e também desencorajar aqueles que efetivamente não têm condições de competir no sistema internacional.

CONCLUSÕES

Sobre a guerra, segundo o pensamento clausewitziano, podemos extrair:

— O Estado soberano é o agente

mais importante e na busca de seus interesses decide os meios de os alcançar.

— Os objetivos dos Estados são sempre conflitantes na medida em que o aumento de poder de um só pode ser conseguido à custa do decréscimo do poder do outro.

— A guerra é uma etapa normal nas relações entre os Estados, uma vez que o choque de interesses somente pode ser resolvido com a imposição da vontade de um sobre o outro.

— “A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”.

— A guerra traduz-se como a continuação da política de estado por outros meios.

— A guerra está subordinada às seguintes premissas:

- uso ilimitado da força;
- manifestação de violência ilimitada (não há lugar para “humanização” na guerra).



1º TEN QAO JOÃO RODRIGUES ARRUDA, serve atualmente no Cmdo da 1ª Região Militar — Seção de Justiça, possuindo, entre outros, os seguintes cursos: Precursor Pára-quedista e Básico de Salto Livre, da Brigada Pára-quedista; Formação e Aperfeiçoamento de Tecnologistas de Balística, do Instituto Militar de Engenharia; Parachutiste Militaire du Ecole des Troupes Aéroportées, em Pau-França; Bacharel em Direito das Faculdades Integradas Estácio de Sá; Mestrado em Direito, da Universidade Gama Filho. É professor de Direito Constitucional e Direito Penal Militar, nas Faculdades Integradas Bennett.